

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | N°. 3 | Ano 2024

Diana Ferreira de Souza

Professora da rede municipal de Blumenau
diana@ensinablumenau.sc.gov.br

**Renata Waleska de Sousa
Pimenta**

*Docente do Instituto Federal de Santa
Catarina*
renata.waleska@ifsc.edu.br

Renata Orlandi

*Docente da Universidade Federal de Santa
Catarina*
renata.orlandi@ufsc.br

EIXO TEMÁTICO: FORMAÇÃO DE PROFESSORES

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: implicações no fazer pedagógico

*Education for Ethnic-Racial
Relations in Early Childhood
Education: Implications for
Pedagogical Practice*

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo compreender como a Educação para as Relações Étnico-Raciais é abordada na educação infantil de um município da região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. A questão central da pesquisa busca responder: Qual abordagem é adotada pelos profissionais da educação infantil em relação à Educação para as Relações Étnico-Raciais em suas práticas pedagógicas? Para investigar essa questão, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório com professores de uma Escola de Educação Infantil localizada na região. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário digital, via Google Forms, garantindo o anonimato e respeitando os princípios éticos. Os dados foram analisados utilizando o procedimento de análise de conteúdo, que permitiu identificar padrões e temas emergentes nas respostas. Os resultados revelam que, embora os professores demonstrem conscientização sobre a importância da abordagem antirracista para a formação integral dos alunos desde a infância, enfrentam desafios práticos, como a falta de formação continuada e recursos adequados. O estudo aponta a necessidade de esforços contínuos e colaborativos para aprimorar as práticas pedagógicas e criar um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor à diversidade racial.

Palavras-chave: educação para as relações étnico-raciais; racismo; educação infantil.

Abstract: *This study aims to understand how Ethnic-Racial Relations Education is addressed in early childhood education in a municipality in the Vale do Itajaí region, Santa Catarina. The research seeks to answer: What approach do early childhood education professionals adopt regarding Ethnic-Racial Relations Education in their pedagogical practices? A qualitative, exploratory study was conducted with teachers from an early childhood education school in the region. Data collection was done through an online questionnaire, ensuring anonymity and following ethical guidelines, such as informed consent. The data were analyzed using content analysis, identifying emerging patterns and themes. The results show that while teachers recognize the importance of an anti-racist approach for students' holistic development, practical challenges such as lack of ongoing training and resources remain. The study highlights the need for continuous efforts to enhance pedagogical practices and foster a more inclusive and diverse school environment.*

Keywords: *education for ethnic-racial relations; racism; early childhood education.*

1. Introdução

Ao refletir sobre o racismo, é possível perceber que a concepção de raça está ligada à ideia de classificação, uma categoria criada por teóricos racialistas no século XIX, cujo objetivo era separar e hierarquizar as pessoas (Pimenta, 2015, p.56). Com base nessa ideia de poder, a branquitude passou a usufruir de privilégios historicamente associados à sua posição de superioridade racial. Em suma, o racismo foi arquitetado como um projeto político, social e econômico, que atribuiu valores subjetivos a diferentes grupos, hierarquizando-os e justificando a desigualdade.

Ao assumir o papel de educador, surge a responsabilidade de desenvolver um processo formativo que envolva a educação, sociedade, cultura, direitos e deveres, garantindo o bem-estar e o desenvolvimento integral do educando. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os educadores têm a responsabilidade de promover a igualdade entre todas as crianças, inclusive respeitando a diversidade étnico-racial, conforme previsto na Lei nº 10.639/03.

A motivação para refletir sobre essa temática surgiu a partir de uma experiência em sala de aula, quando a pergunta de uma aluna de seis anos evidenciou o impacto do racismo desde a infância. "Professora, você também vai arrumar o meu cabelo?", perguntou a estudante, trazendo à tona uma questão profundamente ligada às experiências de racismo. Quando questionada sobre o motivo da pergunta, a aluna respondeu, hesitante: "Porque todo mundo diz que meu cabelo é difícil de arrumar."

Esse breve diálogo denuncia as narrativas depreciativas sobre os corpos não enquadrados nos padrões estéticos afeitos à branquitude que circulam na sociedade. Naquele momento, o racismo estrutural se mostrou presente, mesmo em uma criança de tenra idade. Diante desse episódio, surgiu o interesse em investigar como os educadores da educação infantil abordam as questões raciais em suas práticas pedagógicas, acarretando no desenvolvimento desta pesquisa.

Na educação infantil, é fundamental tratar cada criança como um indivíduo único, respeitando seus valores, cultura e identidade. Nesse contexto, enaltecer a ancestralidade de cada criança é primordial para cultivar sua autoconfiança. A criança tem o direito de sentir-se pertencente ao mundo em que vive, reconhecendo sua ancestralidade materializada em seu fenótipo e universo cultural, representatividade essa que impacta sua subjetividade, sua consciência do entorno que a cerca e a potência para participar ativamente da reinvenção desta realidade.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no ensino infantil é uma estratégia essencial para a formação de atitudes, valores e perspectivas das crianças em relação à diversidade racial e étnica. Esta pesquisa, portanto, buscou compreender como a ERER é abordada por educadores do ensino infantil, a partir de um estudo de caso realizado em uma Escola de Educação Infantil situada no Vale de Itajaí, em Santa Catarina.

A metodologia adotada foi estruturada em três etapas principais: (1) revisão de literatura; (2) aplicação de um questionário, via Google Forms, a profissionais de uma Escola de Educação Infantil localizada no Vale do Itajaí, em Santa Catarina; e (3) análise dos dados coletados. Para a análise, utilizou-se o procedimento de análise de conteúdo, que permite a interpretação e categorização sistemática de dados qualitativos. Esse método possibilitou a identificação de padrões e temas nas respostas dos participantes.

O questionário foi enviado a dezoito professores, dos quais onze responderam, enquanto sete optaram por não participar, o que pode refletir diferentes níveis de interesse ou disponibilidade em relação ao tema. As perguntas abordaram diversos aspectos, como a compreensão dos professores sobre o conceito de racismo, suas experiências em lidar com questões de diversidade e as estratégias adotadas para promover uma educação antirracista. Os resultados foram apresentados de forma descritiva. Este trabalho, portanto, busca compreender a forma como a Educação para as Relações Étnico-Raciais é abordada na educação infantil de um município da região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, a fim de contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

2. Revisão de literatura

2.1 Racismo enquanto estrutura social

O racismo faz parte de um projeto de poder e, por isso, não pode ser analisado de maneira superficial ou simplista. Tal abordagem não contribui para a compreensão adequada do problema e dificulta significativamente a luta antirracista.

O primeiro ponto a entender é que para falar de racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema beneficia economicamente por toda história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas (Ribeiro, 2019, p. 5).

O racismo não é apenas um ato isolado; ele é um processo histórico atrelado à manutenção de privilégios raciais, conduzido por uma sociedade que, através de um pacto da branquitude, estabelece diversas formas de violência contra as vítimas dessa opressão, seja no âmbito econômico, cultural, político ou estético. Sendo a educação parte dessa estrutura institucional, ela também está sujeita às manifestações do racismo. Munanga (2005, p. 21) destaca:

[...] torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores.

Por outro lado, os sujeitos dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania.

No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência.

De acordo com Munanga (2010), o racismo institucional refere-se a práticas, comportamentos, ações e omissões discriminatórias perpetradas por instituições públicas ou privadas. Tais instituições, por meio de suas normas, procedimentos e rotinas, acabam excluindo, inferiorizando, segregando ou prejudicando pessoas com base em sua cor ou origem racial. O racismo institucional, assim, pode ser visto como uma expressão concreta do racismo estrutural em contextos específicos, como instituições, organizações ou sistemas.

O racismo estrutural, por sua vez, refere-se aos padrões de desigualdade racial enraizados nas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade. Ele não depende necessariamente de ações intencionais de indivíduos, mas é perpetuado por sistemas que favorecem certos grupos em detrimento de outros com base na raça (RIBEIRO, 2019). Diante dessa visão, compreendemos que os estereótipos — caracterizações simplificadas e convenientes de indivíduos ou grupos — constroem uma imagem negativa do "outro", não raro, forjada pela necessidade de justificar agressões (SANTOS, 1984). A naturalização de estereótipos e padrões estéticos idealizados pela lente do racismo estrutural presentes em materiais como livros didáticos têm o potencial de promover exclusão, perpetuar papéis sociais estigmatizados, hierarquizar sujeitos e grupos, legitimar abusos nas relações de poder, estimular a autonegação e reduzir a autoestima.

Portanto, a discussão sobre formas de combater o racismo no ambiente educacional torna-se urgente, em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil, tal como preconizado pela Lei nº 10.639/03. A luta contra o racismo exige uma abordagem abrangente que vá além de tratar as questões de forma superficial. Apenas reconhecendo o racismo como uma manifestação profundamente enraizada na estrutura social e comprometendo-se com mudanças estruturais, é possível aspirar à construção de uma sociedade onde todos os seus membros desfrutem de justiça e igualdade. Isso requer não apenas medidas reativas, mas um esforço contínuo para dismantelar as bases da discriminação racial em todas as suas formas.

2.2 Educação para as relações étnico-raciais no ensino infantil

Em se tratando das esferas sociais e das normas institucionais, o sujeito pode transcender a condição de agente passivo formatado pelas estruturas e contingências do tempo-espço em que está inserido, assim tornando-se um ator consciente, comprometido e ativo que, dialeticamente, transforma e é transformado pelas dinâmicas sociais. Tal sujeito, a partir de seus saberes e fazeres, é reconhecido e legitimado no

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

exercício da cidadania, assumindo um papel fundamental na (des)construção e reinvenção das relações sociais. Nesse cenário, as diretrizes éticas, muito além de meros regramentos externos, operam como pilares fundamentais que sustentam o tecido social, orientando as interações e abrindo precedentes para as relações de alteridade. Tais diretrizes subsidiam referências e reflexões que buscam engendrar o respeito mútuo, a justiça e a equidade nas relações, configurando-se como uma bússola que guia leituras da realidade e comportamentos tanto em nível micro quanto macrosocial.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas, constroi sua identidade pessoal e coletiva. Por meio de suas vivências, a criança brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e engendra sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p. 12).

Dessa forma, a criança faz parte da sociedade como um ser dotado de ações, reações e responsabilidades. Todo o seu percurso na infância é permeado por informações e conhecimentos, que muitas vezes são subestimados pelos adultos como meros momentos passageiros e sem valor. Nesse sentido, é fundamental refletir sobre o papel da escola no processo de formação cidadã desde a educação infantil.

Na educação brasileira, a ausência de reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais, nas diversas instituições educacionais, contribui para que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos sejam entendidas como desigualdades naturais. Mas do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores (MEC, 2005, p. 11)

Com relação ao paradoxo entre saber e ignorar, Chauí (2000) observa que a ignorância pode ser tão profunda que sequer a percebemos. Precisamos de conhecimento para sabermos que ignoramos, dimensionarmos nosso desconhecimento. Ao ignorarmos a realidade racista e os privilégios existentes, privamos os alunos de uma compreensão mais ampla do mundo. Dado o racismo estrutural, uma infinidade de crianças já enfrentou situações de opressão e, ao negar-lhes esse conhecimento, reforçamos o racismo e suas consequências.

O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros, como de alunos brancos, como também nos embrutece ao longe de nossas vidas, impedindo-nos de sermos livres “ para ser o que for e ser tudo” – livres de preconceitos, dos estereótipos, dos estigmas, dentre outros males (MEC, 2005, p. 11).

No cenário legislativo, foi somente em 2003 que a Lei nº 9.394/1996, responsável por definir as diretrizes e bases da educação no país, passou por uma mudança significativa. A inclusão obrigatória da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" nos currículos representou um passo crucial na busca por uma educação mais

inclusiva, emancipadora e atenta às questões antirracistas.

Negar aos estudantes a oportunidade de compreender as nuances do racismo e dos privilégios atrelados a esta categoria de opressão é privá-los da capacidade de realizar uma análise crítica do ambiente que os cerca. Por outro lado, ao promover letramento racial, as crianças podem assumir seu lugar de fala nas relações étnico-raciais e um compromisso na luta antirracista. Sendo assim, ao abordar esses temas na Educação Infantil com engajamento, sensibilidade e conhecimento, colaboramos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e consciente. Para tanto, é essencial enfrentar a realidade racista de forma direta, empoderando as crianças com o conhecimento necessário para promover mudanças e combater a discriminação racial.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena (Brasil, 2003), juntamente com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, apresentam os Campos de Experiências destinados à Educação Infantil, destacando práticas pedagógicas inclusivas como meios essenciais para abordar essas questões. Segundo Gomes (2007, p. 32),

A cultura é aprendida. Poderíamos dizer que ela não é uma herança inexorável dos indivíduos, senão são os próprios que devem realizar percursos de inserção (aprendizagem) na cultura de seu grupo. Um ser humano que não tenha essa possibilidade, isto é, alguém que não cresça em contato com uma qualquer cultura, dentro de um grupo humano, sozinho não reinventa a cultura do seu grupo e nem inventa a sua própria – posto que se trata de algo da ordem do social e do coletivo.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), o currículo da Educação Infantil é constituído por práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e das relações sociais estabelecidas nos espaços institucionais, que influenciam a construção das identidades das crianças (BRASIL, 2009). O currículo não se limita à transmissão de conhecimento, mas envolve também as interações sociais e o desenvolvimento da identidade infantil. A exemplo disto, no âmbito municipal, uma cidade catarinense localizada no Vale do Itajaí, em seu Plano Municipal de Educação, estabeleceu uma série de metas voltadas para assegurar direitos e combater o preconceito racial.

Gomes (2019) considera que, se a instituição educacional não questionar e não desenvolver estratégias para enfrentar o racismo estrutural presente nas atividades curriculares e na rotina diária, estará contribuindo para a perpetuação de uma realidade injusta. Nesse contexto, a interligação entre raça e Educação Infantil revela seus desafios mais urgentes. Na sequência do presente trabalho, alguns destes desafios serão sinalizados pelos participantes do estudo.

3. Resultados e discussões

A pesquisa sobre a percepção dos educadores de uma Escola de Educação Infantil situada no Vale de Itajaí, em Santa Catarina, em relação ao racismo visou entender como os professores, nesse contexto, abordam e compreendem a questão racial. Embora a amostra consistia em dezoito questionários, apenas onze foram respondidos, oferecendo a compreensão das percepções desses educadores. O questionário iniciou-se com a intenção de compreender a importância da inclusão da trajetória histórica do negro no planejamento de aula. A amostra respondente (Figura 1) mostrou-se dividida quanto à inclusão dessa temática no planejamento pedagógico.

1. A trajetória histórica do negro é colocada no projeto ou planejamento de aula?

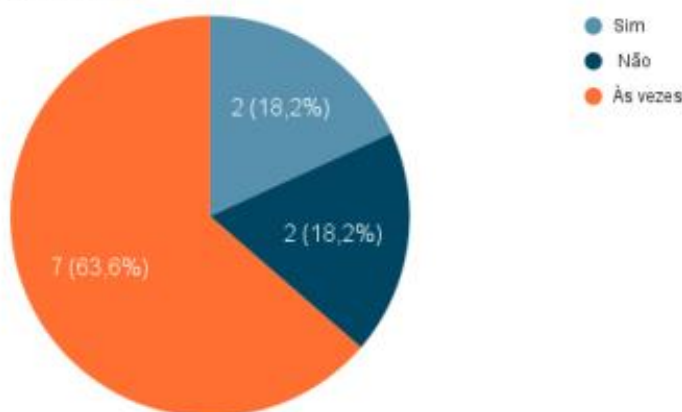


Figura 1 - A trajetória histórica do negro com o parte do planejamento de ensino.

Nesse contexto, torna-se essencial promover a discussão acerca das estratégias para enfrentar o racismo no âmbito educacional. Isso requer uma estrutura de planejamento sólida, aliada à capacitação e à implementação de práticas focadas no antirracismo.

Ao serem questionados sobre a sua percepção a respeito da história e cultura negra no currículo, a maioria dos educadores reconheceu o racismo como uma questão relevante na educação infantil e vê a cultura negra como um elemento essencial na prática pedagógica. Ao reconhecerem o racismo como parte da narrativa histórica, os educadores demonstram sensibilidade e conhecimento ao abordar as complexidades culturais. Isso os capacita a preparar as gerações mais jovens para um mundo diversificado, promovendo o respeito e a valorização de todas as origens étnicas. Entretanto, a cultura negra também foi apontada como um importante folclore brasileiro, o que indica desconhecimento ou confusão conceitual acerca do que é "cultura negra".

Os educadores participantes do estudo entendem que o currículo deve se basear em metodologias que abordem a diversidade racial de forma positiva e enaltecida. Isso evidencia uma abordagem educacional inclusiva e reflexiva, mostrando que os professores estão reavaliando suas práticas e investindo em capacitação sobre questões raciais.

O entendimento de que situações de desigualdade e discriminação manifestadas nas

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

escolas podem ser empregadas como instrumentos pedagógicos com vistas ao letramento racial reflete uma abordagem sensível à realidade brasileira, estruturalmente racista. Por outro lado, a lacuna formativa das licenciaturas na esfera dos Direitos Humanos pode acarretar na escassez de conhecimento referente às relações étnico-raciais, a qual pode ser tão profunda que inviabiliza a auto-crítica docente no que tange ao reconhecimento de tal fragilidade epistêmica. Estando imersos nessa ignorância, que inclui uma realidade enraizada no racismo e permeada por privilégios, inadvertidamente, privamos os alunos de um entendimento abrangente da opressão racial. Isso é especialmente preocupante, uma vez que muitos cidadãos denunciam situações de racismo perpetradas ainda nas suas respectivas infâncias. Portanto, ao negar o letramento racial às crianças, estamos contribuindo para a perpetuação do racismo, ao invés de fornecer as ferramentas necessárias para uma compreensão crítica e a construção de uma sociedade mais equitativa.

A predominância da convicção entre os educadores de que o fortalecimento das heranças culturais brasileiras é fundamental para criar vínculos mais sólidos e respeitosos delinea uma abordagem educacional dedicada à aceitação da diversidade étnico-racial e à promoção de um ambiente inclusivo. Essa perspectiva reflete o reconhecimento da importância de compreender e valorizar as múltiplas origens culturais que compõem o mosaico sociocultural brasileiro.

Ao enfatizar essas heranças culturais, os educadores não apenas enriquecem o repertório de conhecimentos dos alunos, mas também contribuem para o desenvolvimento de pessoas conscientes, emancipadas, empáticas e comprometidas com a diversidade. Ao mediar a pluralidade cultural que compõe nosso mundo, educadores capacitam alunos a reconhecer a riqueza da diversidade global na perspectiva da alteridade.

Outro aspecto apontado pelos professores foi a influência da linguagem no ambiente escolar, no que se refere ao combate ao racismo e à discriminação. Os professores apontaram a importância de desenvolver a sensibilidade no ambiente escolar quanto à importância das palavras e da comunicação na criação de um ambiente mais acolhedor e plural. A linguagem não apenas reflete, mas também molda atitudes, crenças e comportamentos em relação à diversidade e ao racismo.

A análise desses resultados evidencia um grau de conscientização entre os educadores da escola sobre a relevância de abordar as questões raciais de forma consciente e comprometida. No entanto, as respostas não foram suficientes para compreendermos as limitações e dificuldades enfrentadas no dia a dia desses profissionais. Algumas respostas indicaram a necessidade de uma abordagem mais coordenada, capacitação e troca de experiências para assegurar que todas as práticas pedagógicas estejam alinhadas com a promoção da diversidade e equidade racial.

Esses resultados destacam a importância de um esforço contínuo para aprimorar a conscientização, o letramento racial e o engajamento dos educadores no trato com as questões atreladas à alteridade na perspectiva dos Direitos Humanos, garantindo que o ambiente escolar seja genuinamente inclusivo, acolhedor e comprometido com a

problematização da diversidade cultural. A variedade de respostas dos participantes reforça a necessidade de colaboração e troca de conhecimento entre os educadores para desenvolver abordagens eficazes e coerentes que promovam uma educação que respeite e celebre a diversidade racial.

4. Considerações finais

Esta pesquisa enfatiza a importância da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Infantil, destacando seu papel fundamental na formação de perspectivas e valores inclusivos desde os primeiros anos de vida. Contudo, foi observado que a abordagem antirracista, em muitos casos, permanece superficial, o que pode comprometer seu impacto pedagógico e emancipador.

A análise dos resultados demonstrou que, embora exista uma conscientização geral entre os professores participantes do estudo sobre a relevância da EREER, há variações significativas nas percepções e práticas individuais. Esse cenário ressalta a necessidade de um esforço conjunto para promover a sensibilização contínua, a capacitação e a troca de experiências entre os educadores, com o objetivo de construir práticas pedagógicas mais consistentes e comprometidas com a promoção da igualdade racial.

A pesquisa também destacou a importância da colaboração e do diálogo aberto sobre o racismo e a diversidade no ambiente escolar. Através do compartilhamento de histórias, experiências e estratégias eficazes, os educadores podem desenvolver abordagens mais impactantes e inclusivas, desafiando estereótipos e promovendo uma compreensão mais profunda da diversidade racial.

Conclui-se que a transformação educacional almejada para nossas crianças não pode ocorrer sem uma reflexão aprofundada sobre as barreiras que limitam a EREER. O compromisso de abordar questões raciais de forma significativa e contínua deve ser sustentado por iniciativas de capacitação e suporte. Somente assim será possível assegurar que as crianças sejam educadas em um ambiente que celebre a diversidade, desafie o racismo estrutural e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva desde os primeiros passos de sua jornada educacional.

Portanto, é imperativo que os profissionais da educação infantil reconheçam e enfrentem os desafios relacionados à EREER, atuando coletivamente de forma colaborativa para criar um ambiente educacional no qual todas as crianças se sintam valorizadas, representadas, empoderadas e capazes de contribuir positivamente para um mundo mais equitativo e diversificado. Para alcançar esse objetivo, é essencial que os profissionais que atuam na Educação Infantil adotem práticas pedagógicas sensíveis à equidade racial e cultural, incluindo a incorporação de conteúdos e abordagens que reconheçam e celebrem a diversidade étnica e cultural.

Ademais, é fundamental criar espaços onde as crianças possam discutir abertamente questões relacionadas à igualdade racial, promovendo a compreensão, a

empatia e o respeito mútuo. Ao fazê-lo, os educadores não apenas preparam as crianças para um futuro mais inclusivo, mas também contribuem para a construção de uma sociedade em que a equidade racial seja uma realidade visível e tangível.

5. Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, s/a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versãofinall_site.pdf. Acesso em 21 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 07 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. Acesso em 07 nov. 2022.
- BLUMENAU (SC). **Lei complementar nº 994**, de 16 de julho de 2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-blumenau-sc>. Acesso em 07 nov. 2022.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- GOMES, Ana Maria Rabelo. Aprender a cultura. In: GUTIERREZ, A.; LOUREIRO, H.; FIGUEIREDO, B. **Cultura e Educação: parceria que faz história**. Belo Horizonte: Mazza Edições; Instituto Cultural Flávio Gutierrez/MAO, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1015-1044, jul. 2019. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762019000301015&lng=es&nrm=iso> Acesso em 28 ago 2023.
- MEC. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos)
- MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, n. 12, p. 169-203, 2010, Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_TeoriaSocialERelacoesRaciaisNoBrasilContemporaneo.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.
- PIMENTA, Renata Waleska de Sousa. **Os sentidos oriundos dos enunciados sobre a educação para as relações étnico-raciais presentes nas teses de doutorado em educação (2000-2010)**. 2015. (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação. São Leopoldo, 2015.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Ana Célia da Silva. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele. **Negritude Superando o racismo na escola**, 2005.

Diana Ferreira de Souza

Especialista em Pesquisa e Prática Pedagógica. Pedagoga. Professora da educação infantil.

Renata Waleska de Sousa Pimenta

Pós-doutora em Educação. Professora de História no Instituto Federal de Santa Catarina.

Renata Orlandi

Pós-doutora em Educação e Psicologia. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina.